



20 SET 2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROTOCOLO GERAL

Processo: 23087.005349/2010-19 Data: 20/9/2010
Interessado: Junco & Moreira Ltda – EPP
Assunto: Concorrência 01/2010 - Ofertar contra razões referente Recurso Administrativo, interpostos pela empresa: SHA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA e empresa ANTUNES E PEREIRA RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA.
Destino: Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Universidade Federal de Alenas

SERVIÇO NACIONAL DE PROTOCOLO
- SENAPRO -

MOVIMENTAÇÕES							
SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA	SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01				15			
02				16			
03				17			
04				18			
05				19			
06				20			
07				21			
08				22			
09				23			
10				24			
11				25			
12				26			
13				27			
14				28			

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:

ILMO. SR. DENIS EDUARDO BORBA FERREIRA

DD. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS/MG.

CONCORRÊNCIA 01/2010

PROCESSO COMPRAS Nº. 23087.003278/2010-10

JUNCO & MOREIRA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 62.399.928/0001-48, Inscrição Estadual nº. 244.382.179.110, com sede à Rua Antonio Borges, 12, Jardim Chapadão, na cidade de Campinas/SP, por seu representante legal infra-assinado, vem respeitosamente perante V. Sa., ofertar suas **CONTRA RAZÕES** aos termos do Recurso Administrativo, interposto por **ANTUNES E PEREIRA RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA.**, o que faz pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

I- SÍNTESE DOS FATOS

A Universidade Federal de Alfenas, realizou licitação na modalidade Concorrência, processo 23087.003278/2010-10, objetivando a concessão de uso de área, equipamentos, utensílios e instalações próprias do Restaurante Universitário e da Cantina do Campus da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL/MG, nas cidades de Alfenas/MG e Poços de Caldas/MG.

A sessão da Concorrência em tela iniciou-se em 24 de agosto de 2010, às 8:00 h., tendo sido suspensa pela Comissão Permanente de Licitação, para análise da documentação de habilitação das 03 empresas que compareceram ao certame.



Após análise da documentação, a Comissão de Licitação **habilitou** as empresas SHA Comércio de Alimentos Ltda e Junco & Moreira Ltda EPP e declarou **inabilitada** a empresa Antunes e Pereira Restaurante e Lanchonete Ltda.

A empresa Antunes Pereira Restaurante e Lanchonete Ltda., inconformada com a decisão que a declarou inabilitada interpôs o presente Recurso Administrativo, alegando em apertada síntese que cumpriu todas as exigências editalícias, pleiteando, assim, a reconsideração de referida decisão, a fim de declará-la habilitada.

A inabilitação decorreu do não atendimento pela Recorrente das exigências do Edital, notadamente quanto a apresentação de documentos em original ou por qualquer meio de autenticação (item 31 do Edital).

As assertivas da Recorrente não merecem prosperar, devendo a decisão do Sr. Presidente da Comissão de Licitações, ser mantida em sua íntegra, pois tem como fundamento a lei de licitações e o edital da Concorrência 01/2010, senão vejamos.

II- DOS FUNDAMENTOS

O ato convocatório da Concorrência Pública nº 01/2010, estabeleceu regras de conduta para a Administração Pública e licitantes, portanto, **todos devem cumpri-las, sob pena de descumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo.**

No caso em pauta, tem-se que os itens 31 e 31.1. do Edital preceituam que:

" 31. Os documentos exigidos nesta Concorrência poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por membro da Comissão Permanente de Licitação ou publicação em órgão da imprensa oficial.

31.1 Os documentos poderão ser autenticados pela Comissão Permanente de Licitação, a partir do original, até o horário da abertura dos envelopes documentação. "



Desta forma, a empresa proponente só seria declarada habilitada a participar da Concorrência 01/2010, se ofertasse os documentos exigidos à comprovação de sua habilitação em seu original ou autenticados através do Cartório competente ou ainda pela própria Comissão de Licitação, até a hora de abertura dos envelopes documentação, ou seja, antes da abertura dos envelopes.

No caso, tem-se que a Recorrente ofertou os documentos em sua forma simples (xérox sem autenticação), e alguns até ilegíveis, não atendendo o disposto nos itens 31 e 31.1. do Edital em questão.

Aliás, ressalta-se que a Recorrente, durante a sessão de abertura dos envelopes, em nenhum momento, apresentou os documentos originais, para eventual conferência da autenticidade das cópias apresentadas.

Ademais, o ato de autenticação de documento, mediante membro da Comissão de Licitação, não está autorizado para ocorrer durante a sessão de abertura dos envelopes de documentação, conforme quer fazer crer a Recorrente, mas sim em **ato anterior a este procedimento**, o que não foi realizado pela Recorrente.

Desta forma, a Recorrente não ofertou os documentos exigidos no item 28 e seguintes deste Edital, na forma avençada no item 31 do mesmo, não comprovando assim sua habilitação.

Portanto, **correta a decisão do Sr. Presidente da Comissão de Licitações, em inabilitar a Recorrente**, uma vez não atendido as normas legais e editalícias do certame em comento.

Neste patamar, cumpre observar que a Administração está vinculada à Lei e ao instrumento convocatório por ela elaborado, não podendo se afastar.

Neste sentido, buscamos os ensinamentos do ilustre Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, **Antonio Roque Citadini**, in Comentários e Jurisprudência sobre a Lei de Licitações Públicas, Editora Max Limonad, 1996, pág. 273:



" O exame sobre a habilitação deve anteceder qualquer apreciação sobre as propostas e deverá ser efetuado com absoluto respeito às normas estabelecidas no edital, não podendo, os membros da Comissão de Licitação inovarem, criando critérios não previstos na convocação do certame." (grifos nossos)

O julgamento não pode comportar nenhum subjetivismo, nenhuma interpretação, deve ser rigorosamente vinculado ao procedimento expresso, previsto em lei e no edital.

Vamos buscar na clareza de **Ivan Barbosa Rigolin e Marco Tullio Bottino**, na obra Manual e Prático das Licitações, Saraiva, 1995, p. 97:

"Julgamento objetivo significa confrontar a documentação apresentada com o rol de exigências do edital, e pelo confronto habilitar apenas as que as atendem, ou as propostas, examinando-se sem parcialidade, mas com critério absolutamente equânime, primeiro em confronto com as exigências do edital, depois em confronto umas com as outras, de tudo isso elegendo as que "aritmeticamente", sem qualquer possibilidade de interpretação subjetiva da conformidade ou desconformidade com as exigências do Edital, atendam objetivamente ao que a Administração pediu." (g.n.)

No caso, a Recorrente descumpriu a exigência contida no item 31 do Edital da Concorrência 01/2010, devendo ser mantida a decisão de sua inabilitação.

III- DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer-se sejam julgadas insubsistentes as razões de recurso ofertadas pela empresa Antunes e Pereira Restaurante e Lanchonete Ltda., **a fim de que seja mantida a decisão de inabilitação da Recorrente**, por ser esta medida de mais ampla e costumeira JUSTIÇA!!

Nestes termos,
pede deferimento.
Campinas/SP, 20 de setembro de 2010.


JUNCO & MOREIRA LTDA - EPP
CLAUDIONOR MOREIRA